

**Recomendações do Comitê Brasileiro dos Defensores de Direitos Humanos à  
Secretaria de Direitos Humanos, Brasília, 07 de novembro de 2014.**

- Garantir a efetiva proteção dos defensores de direitos humanos, atuando no combate a impunidade e criminalização dos defensores/as de direitos humanos;
- Definir o Marco Legal do PPDDH e acelerar sua aprovação. Organizar uma agenda com SDH para discutir o sistema (proposta de reunião nacional com representações das organizações da sociedade civil dos 3 programas de proteção). Manter
- Criar um grupo de trabalho para instituir o marco metodológico e os procedimentos do PPDDH, sistematizando as discussões já acumuladas com a sociedade civil.
- Aperfeiçoar a metodologia de proteção, no sentido de atender a grupos e comunidades pelas quais lutam os defensores, em especial os povos e comunidades tradicionais;
- Ampliar a estrutura e o orçamento do PPDDH no âmbito da SDH, a fim de garantir a proteção dos defensores de direitos humanos enquanto política de Estado;
- Criar, no âmbito do PPDDH da SDH, um mecanismo de articulação entre os diversos órgãos de estado responsáveis pelo enfrentamento das causas estruturais que geram as violações no contexto em que os defensores e defensoras estão inseridos;
- Construir uma metodologia específica das reuniões da coordenação nacional para tratar dos casos com os órgãos responsáveis pela execução da política pública.
- Implementar um plano de trabalho voltado para o monitoramento e acompanhamento, junto às instituições do sistema de justiça e segurança pública, das ações judiciais e inquéritos policiais que envolvam defensoras/defensores e suas organizações, quer para a apuração das violações e ameaças, quer garantindo assessoria jurídica para os casos de criminalização da sua luta em defesa dos direitos humanos; (Reunião da SDH e sociedade civil com CNJ). Retomar o diálogo e participação nas comissões de direitos humanos da câmara e senado, PFDC, AJD;
- Realizar ampla campanha de reconhecimento e valorização dos defensores/as de direitos humanos, além de melhorar a divulgação e as informações sobre o PPDDH no site e materiais institucionais do governo.

- Criar, em caráter emergencial, um mecanismo do PPDDH específico para atender a demanda da Amazônia e do Mato Grosso do Sul, envolvendo órgãos nacionais e regionais; Fortalecimento e autonomia da Defensoria Pública e garantir recursos para assessoria jurídica popular para atender os defensores\as criminalizados.
- Garantir a participação da sociedade civil (Garantir encontros semestrais com a\o Ministra\o da pasta)
- Que PPDDH possa levar conta outras dimensões da violência e criminalização dos defensores\as de direitos humanos, tais como o racismo, da questão de gênero, a questão fundiária, grandes projetos etc.
- Realização do Seminário Nacional do PPDDH com ampla participação dos defensores\as no primeiro trimestre do ano (construir uma metodologia apropriada para a participação dos defensores).